

Estatutos da Unicamp: a reforma

A proposta de modificação dos estatutos da Unicamp não é nova. Em 1983, a Adunicamp organizou os Simpósios de Institucionalização possibilitando uma mobilização significativa de docentes em torno da questão. Infelizmente esse trabalho não resultou em modificações estatutárias de fato, pois o processo encerrou-se com a extinção do antigo Conselho Diretor. Porém, permanecem nos arquivos da entidade os relatórios finais dos simpósios contendo análises, diagnósticos e propostas voltados para a institucionalização da universidade e para a reformulação dos seus estatutos.

No início deste ano, ao apresentar sua proposta de mudança dos estatutos, a reitoria reabriu o debate. Tomando como mote a determinação da nova LDB a respeito da necessidade de se adequar os estatutos das universidades às disposições da referida lei, a reitoria apresentou à comunidade uma proposta mais ampla. Porém, os prazos estabelecidos para que os diversos segmentos da universidade discutissem a proposta eram extremamente exíguos (aprovação até 28/02/99). Durante a reunião extraordinária do CONSU de 04/02 p.p., o reitor esclareceu que um novo cronograma havia sido negociado junto ao Conselho Estadual de Educação, definido o dia 05/04 p.f. como data limite para a aprovação das propostas.

A elaboração de novos estatutos para a universidade é um processo complexo que envolve questões polêmicas de natureza acadêmica e política. Mesmo no âmbito restrito da adequação à LDB, há uma série de questões de fundo a debater para que se tenha clareza de escolha das melhores opções para as condições de convivência e estruturação da Unicamp. Por exemplo, o Artigo 44 da LDB e o seu inciso I rezam:

“Art. 44. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas:

I - cursos seqüenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino;”

Vamos criar cursos desta natureza? Se criarmos, para, por exemplo, atender necessidades momentâneas do mercado de trabalho serão cursos de treinamento de mão de obra ou de formação? Que critérios utilizaremos para seleção dos ingressantes?

Outra questão polêmica deriva do

“Art. 56. As instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada a existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional.”

Parágrafo único. Em qualquer caso, os docentes ocuparão setenta por cento dos assentos em cada órgão colegiado e comissão, inclusive nos que tratarem da elaboração e modificações estatutárias e regimentais, bem como a escolha de dirigentes.

Como ficará a composição do conselho do seu departamento e da Congregação da sua Unidade? E a do CONSU? Quem aprovará as reformas estatutárias?

A participação intensa da comunidade universitária é essencial para que se chegue a um novo texto que contemple os seus anseios na organização da vida universitária.

Há muita falta de informação causando dispendio de energia com a discussão de artigos da LDB que são muito claros, como o

“Art. 57. Nas instituições públicas de educação superior, o professor ficará obrigado ao mínimo de oito horas semanais de aula.”

Há porém um aspecto delicado na **contagem** destas oito horas semanais de aula, a saber, conta-se as horas de aula dada em cursos de extensão pelas quais o docente recebe remuneração adicional? Esta regulamentação não deveria fazer parte do Regimento Geral que, neste caso, também deveria estar sendo revisto?

Esses poucos exemplos parecem suficientes para demonstrar que mudanças dessa natureza devem ocorrer com a intensa participação de toda a comunidade acadêmica. É necessário desencadear um amplo processo de discussão entre alunos, funcionários e docentes, com prazos suficientes. Visando contribuir com esse trabalho, a diretoria da Adunicamp está percorrendo as congregações das unidades com o objetivo de sensibilizar o maior número possível de docentes para que participem, debatam e formulem suas propostas. No início de março será realizada uma assembléia de docentes na entidade para a definição dos procedimentos a serem adotados com vistas a organizar e sistematizar as propostas de emendas e mudanças estatutárias.

Uma tréplica

José Ricardo Figueiredo*

.....

Em artigo anterior, [1], expressei meu desabafo pela derrota da proposta de participação da Adunicamp no ato público promovido pela FIESP a 21/12 passado, envolvendo lideranças sindicais importantes filiadas à CUT e à Força Sindical, em oposição aos altos juro e à política econômica recessiva. Meu desabafo mereceu uma réplica do Professor Edmundo Fernandes Dias, [2,3], que reitera argumentos contrários à participação no evento, e protesta contra minha avaliação de que a decisão da Adunicamp fora determinada pela aliança do radicalismo anti-burguês com o imobilismo. Vamos à tréplica.

Vários parágrafos do texto do professor Edmundo repetem enfaticamente argumentos do radicalismo anti-burguês: não temos qualquer interesse em comum com os empresários, que não se movem nunca em defesa dos interesses sociais, mas apenas em função de seu sagrado egoísmo, etc.

Um aspecto curioso deste radicalismo anti-burguês consiste em tratar o empresariado como um bloco monolítico. Ignora a posição de alguns setores empresariais, representados pela FIERJ, contra o evento na FIESP e a favor da política econômica do governo. Assim, o professor Edmundo vê na participação no evento na FIESP “um acordo sem qualificações entre capitalistas e trabalhadores”, mas não vê que, opondo-se à participação no evento, alia-se aquela outra fração do empresariado, que apoia a atual política econômica.

Mas o radicalismo anti-burguês não é o único elemento de seu texto. Houve por exemplo uma tentativa, aparentemente despolitizada, de desqualificar o evento: “no dia saiu uma cobertura razoável e logo logo foi para a lata de lixo das redações de jornal, rádio e TVs”. Ora, toda cobertura de imprensa é limitada, mas o ato público na FIESP foi assunto obrigatório de quase todo articulista político e econômico ao final de 98. Cito de memória, em particular, uma observação do sempre ponderado Clóvis Rossi: “deve haver algo de muito errado em uma política econômica que consegue juntar contra si a FIESP e a CUT, Delfim Netto e PC do B”.

Aparece também no texto do professor Edmundo uma radical desconsideração do problema concreto em debate: nunca menciona que a Assembléia da Adunicamp discutia os cortes de verbas não orçamentárias, que tais cortes se relacionam com a política econômica de altos juro e de recessão, e que o evento na FIESP pretendeu combater esta mesma política econômica. Tudo o que torna o tema do en-

contro na FIESP relevante para o movimento docente é ignorado.

Assim, para descartar a possibilidade de que o ato público permitisse “juntarmos forças para lutar contra uma política contrária aos interesses nacionais”, basta ao professor Edmundo contrapor a possibilidade de que o evento fosse apenas uma “tentativa de legitimação da posição dos setores empresariais pela presença do movimento social organizado”. A preocupação em não “legitimar setores empresariais” é típica do radicalismo anti-burguês. Mas quando é tão obsessiva a ponto de contrapor-se à preocupação em atuar de forma eficaz acerca da política econômica que nos massacra, está-se ao mesmo tempo diante de um radicalismo imobilista.

A certa altura declara-se que a decisão de ir ao evento “tomada positivamente, implicaria na adesão da entidade sem maiores debates a uma posição muito específica na luta política nacional”. Primeiro, como enxergar uma posição política “muito específica” na ida a um evento que se caracterizou justamente pela sua amplitude social e política? Segundo, vinculando a participação no ato na FIESP a uma não nomeada “posição muito específica na luta política nacional”, são lançadas obscuras suspeitas sobre o que parecia claro na natureza política do evento. A voz do imobilismo pelo imobilismo.

Em síntese, a réplica do professor Edmundo confirma plenamente a avaliação contra a qual protestou: a decisão da Assembléia acerca do evento na FIESP foi determinada pela aliança do radicalismo anti-burguês com o radicalismo imobilista.

Por fim, é inaceitável descartar a priori a possibilidade da nossa entidade vir a publicar matérias pagas na imprensa. Isto já foi proposto em Assembléias da Adunicamp para esclarecer a população acerca de algum movimento docente, para desmentir campanhas da imprensa contra o serviço público, etc. O tema pode reaparecer. Caberia então à Diretoria da Associação informar a si própria e aos associados sobre os custos de publicação em cada órgão da imprensa, conforme o destaque da nota, etc., e cabe à Assembléia deliberar se a publicação vale a pena. A reiteração dogmática de que “os custos são elevadíssimos e a repercussão mínima” é sem dúvida imobilizante.

[1] “A história passou na janela, mas a Adunicamp não viu”, Boletim Adunicamp, 07/01/99.

[2] “A História, a Banda e nossas posições”, Boletim Adunicamp, 14/01/99.

[3] Meu primeiro artigo usou uma paráfrase de um trecho da música Carolina, e não A Banda.

*José Ricardo Figueiredo é docente da FEM.

Parábolas da crise

Carlos Rodrigues de Souza (Chefinho)

O dia da conferência internacional se aproximando, foi ao banco comprar dólares -coisa de uns US\$2000, se tanto- e toca assinar papéis, declarar a data, local e objetivo da viagem. “São salvaguardas do Banco Central contra a praga dos especuladores”, explicou a funcionária. “Todos devem assinar. E correm o risco de devolver os dólares, caso não venham realmente a viajar, como declararam”.

Lá fora, em frente à agência, as manchetes dos jornais estampavam a saída de 6 bilhões de dólares de nossas reservas, somente naquela semana. Ou não seria possível manter, a qualquer custo, a cotação irreal do real.

“E as salvaguardas?”

“São só para especuladores”, ouviu alguém comentar. “Agora você viaje, como declarou, ou vai sentir na carne o rigor com que o Banco Central trata esta gente”.

Não deu quinze dias, embarcou para o exterior. Achou melhor não facilitar. E olha que a conferência nem era lá essas coisas.